

Não estamos habituados a uma ciência de intervenção

No seu doutoramento, Sergio Denicoli investigou a forma como a Anacom foi “capturada” pela PT na implementação da televisão digital terrestre. É uma excepção: a investigação académica em Portugal não costuma tocar em temas politicamente sensíveis ou em jogos de interesses

Samuel Silva

Sem que nada o fizesse prever, o país passou a discutir uma tese de doutoramento. Em poucas semanas, Sergio Denicoli passou de investigador anónimo a nome reconhecido nos *media*.

E nas conversas de muitos portugueses. Isso aconteceu por causa da investigação que fez sobre a implementação da televisão digital terrestre (TDT), na qual concluiu existirem indícios de “captura” do regulador, a Anacom, em favor da Portugal Telecom (PT). Mas também da reacção enérgica que se seguiu por parte da empresa. O país não está habituado a que a ciência seja interventiva.

Os dias seguintes, conta Denicoli, “foram exaustivos”. Não só pela multiplicação dos pedidos de entrevista mas também com a pressão que sentiu após a ameaça de um processo judicial por parte da PT, em reacção às suas conclusões. Porém, esse foi um tempo considerado muito importante pelo investigador da Universidade do Minho (UM) pela mudança que suscitou.

“As pessoas falam hoje mais daquilo que foi a TDT. Há quem tenha sido prejudicado pelo sistema e que agora começa a reivindicar os seus direitos”, afirma. E isso acontece, sobretudo, porque os mais atingidos no processo foram pessoas pobres e idosas, “sem voz na sociedade”, que se sentiram representadas numa tese de doutoramento aprovada numa instituição respeitada. “Foi como se sentissem respeitadas também”, refere. A tese de Sergio Denicoli - *A implementação da televisão digital ter-*

restre em Portugal - é o resultado de quase cinco anos de investigação. A tese de doutoramento foi aprovada por unanimidade pelo júri da UM, a 30 de Outubro, e aponta várias falhas à TDT. Desde logo, Portugal é o país com menor número de canais no sistema pago e, no caso dos canais livres, mantém-se o mesmo o número de canais que havia na TV analógica, uma “rara excepção na Europa”.

“Captura regulatória”

Contudo, a questão mais polémica do trabalho de Denicoli foi o facto de apontar para indícios de corrupção no processo de implementação da TDT. O investigador dedica todo o oitavo e último capítulo da tese às relações entre PT, Governo e Anacom, a partir dos quais o académico diz serem perceptíveis “indícios de captura regulatória, fomentados pelas relações político-económicas



que os envolve”. Aqui, inclui factores de influência como os quadros executivos das grandes empresas, das agências reguladoras e das estruturas partidárias que estão à frente da administração pública. “Tais relações deixam pouco claro o limite entre o poder público e o poder privado”, aponta, acrescentando que “a PT obteve muitos benefícios por parte da Anacom, o que pressupõe que o regulador estaria a operar em benefício do regulado”.

“São conclusões muito fortes”, admite o investigador, sublinhando que em momento algum diz haver corrupção. “O que eu concluo é que há indícios e que há coisas envolvidas que precisam de ser apuradas”, explica. Do ponto de vista científico, a tese é inatacável, defende Helena Sousa, professora da UM e orientadora da tese. “O Sergio fez um percurso útil para explorar este objecto de estudo. É um trabalho



Sergio Denicoli questionou os limites pouco claros entre o poder político e o poder privado na implementação da televisão digital terrestre



documentado”, justifica. Se toda a ciência é frágil, há um método que a defende. Desse ponto de vista, a investigação de Sergio Denicoli é “muito sólida”.

Conclusões “caluniosas”

Mas o valor científico do trabalho de pouco valeu para proteger Denicoli da polémica que se instalou nos dias seguintes à aprovação da sua tese de doutoramento. A PT veio a público repudiar “veementemente todas as acusações de que foi alvo”, classificando as declarações do académico como “insultuosas, caluniosas, sem qualquer fundamentação”. A empresa prometia agir judicialmente contra o investigador, mas até ao momento, Sergio Denicoli não recebeu qualquer notificação.

Desde então, o académico recebeu centenas de *emails* de pessoas que queriam contribuir com pequenos donativos de cinco, dez

ou 20 euros para ajudar a pagar as despesas com advogados caso o assunto chegue a tribunal. O “caso Denicoli” teve um grande impacto com manifestações de apoio dentro do Instituto de Ciências Sociais da UM, o grupo no Facebook “Eu apoio Sergio Denicoli contra o lobby PT/Anacom”, que tinha ontem 742 subscritores, e uma petição na Internet “Pela liberdade de investigação académica”, assinada por mais de 7500 pessoas.

No meio do turbilhão, a reitoria da UM afastou-se do caso, emitindo uma nota em que afirmava que “as declarações efectuadas no âmbito de trabalhos de investigação são da responsabilidade exclusiva dos estudantes, docentes ou investigadores envolvidos”. Desde então, a equipa dirigida por António Cunha mantém o silêncio sobre este tema, posição reforçada quando o PÚBLICO a contactou nos últimos dias.



As pessoas falam hoje mais daquilo que foi a TDT. Há quem tenha sido prejudicado pelo sistema e que agora começa a reivindicar os seus direitos



Sergio Denicoli
Investigador da UM

A reacção enérgica da PT não surpreendeu nem Sergio Denicoli nem Helena Sousa. O que aconteceu “é enquadrável na teoria” da Economia Política dos Média, área científica em que se insere este trabalho, afirma a professora da UM. “Quando há muitas assimetrias de poder, posições destas são esperadas. Os poderes movem-se e os seus interesses são defendidos”, explica. Ainda assim, não há registo de casos semelhantes em Portugal. As várias universidades contactadas pelo PÚBLICO para este trabalho não têm conhecimento de processos judiciais suscitados por investigações dos seus académicos.

Caso “inaudito”

António Sousa Ribeiro, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, também considera o caso “inaudito” pela ameaça de recursos a tribunais. “Não me lembro

de uma situação análoga”, sublinha. Apesar de as Ciências Sociais e Humanas terem como objecto de estudo os diversos problemas das sociedades em que se inserem, em Portugal “não há uma tradição muito forte de interacção ou de assimilação na sociedade do que é feito na academia”, defende o investigador.

Na tradição anglo-saxónica, isto já não é tão raro. No Reino Unido, os *think tanks* produzem artigos a partir de investigação científica com o objectivo de influenciar a opinião pública e os decisores políticos. “Há dezenas e dezenas, da esquerda à direita democrática, com correntes muito heterogêneas”, afirma Hermínio Martins, *emeritus professor* do St. Anthony’s College de Oxford, onde leccionou até 2001.

O sociólogo foi também investigador sénior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre 2000 e 2005, o que lhe permite ter uma percepção da diferença entre os dois países. “Parece-me que as ciências sociais em Portugal se interessam muitas vezes por problemas predefinidos pelo Estado e têm mais dificuldades em abordar questões mais marginais”, avalia.

“O peso das ciências sociais impõe certos cânones”, acrescenta Martins, o que leva a que os investigadores tenham tendência a trabalhar com o que já está estabelecido e definido noutros países.

Há outras razões para que em Portugal ainda seja raro a investigação conseguir intervir socialmente, como aconteceu com a tese de Denicoli. Por um lado, há um problema de comunicação dos académicos com os *media*. E há a forma como é financiada a investigação. Entre a elaboração de um projecto para apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, por exemplo, e o início da investigação passam muitos meses. As investigações duram depois três a cinco anos e antecipar um tema sensível a esta distância é difícil. A menos que, a meio do caminho, este se mostre mais polémico do que o previsto, como aconteceu com o “caso Denicoli”.

Os especialistas ouvidos referem ainda a fraca relação entre os agentes da política e a academia. “Não há uma percepção da parte dos políticos do valor da investigação”, aponta António Sousa Ribeiro. Sergio Denicoli concorda: “Há uma distância muito grande entre o país e as universidades.”

Também por isso, o investigador da UM espera que as consequências da sua tese sobre a implementação da TDT em Portugal ajudem a “mudar alguma coisa”. Tem mesmo de ser, aponta a orientadora desse estudo, Helena Sousa: “Os académicos não podem chegar sempre atrasados aos assuntos.”